

Líderes querem evitar novas CPIs para acelerar revisão

As lideranças favoráveis à revisão constitucional querem evitar a instalação de outras CPIs depois do final da CPI do Orçamento, dando prioridade total aos trabalhos da revisão. A proposta foi apresentada por líderes da Câmara ao presidente Inocêncio Oliveira (PFL/PE), que discute hoje com o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB/PB) sua viabilização. "Há um consenso de que para a revisão engrenar é preciso a mobilização geral do Congresso em torno dela, evitando outros assuntos que desviem a atenção", explica.

Há no Congresso hoje duas propostas para instalação de CPIs: a da CUT, patrocinada pelo senador Esperidião Amin (PPR/SC) e a das empreiteiras, pela deputada Márcia Cibilibi (PDT/RJ). "Eu não sou contra adiar a instalação da CPI da CUT, embora acredite que ela não terá o poder de imobilizar o Congresso como a atual, desde que ela não seja preterida", afirma o senador Amin. O líder do Governo, senador Pedro Simon (PMDB/RS), que lançou a idéia

da CPI da corrupção das empreiteiras, acha inevitável a sua instalação. "São tantos os indícios", argumenta.

Para Simon, no entanto, é possível conciliar revisão e esta nova CPI. "As duas coisas são importantes", afirmou. O líder teme até mesmo que aja uma inversão no cenário, com a revisão tomando todo o espaço da CPI. "Como vai sair do cenário político, pode perder espaço na imprensa".

Partidos — A revisão também será um dos assuntos a ser discutido em reunião dos presidentes de partido no próximo dia 10 ou 11. Segundo o senador Amin, presidente nacional do PPR, desta vez o encontro contará com a participação dos líderes na Câmara e no Senado. "Discutiremos o plano FHC e como viabilizar a revisão", disse. Os presidentes de partidos desde o PT até o PFL e PPR se reuniram pela primeira vez no dia 21 de dezembro do ano passado e decidiram priorizar a votação do ajuste fiscal do ministro Fernando Henrique. Não houve avanços, entretanto, em relação à revisão constitucional.